

-2 JUL 1988

Essa conta é nossa

LUIZ CARLOS LISBOA

A Assembleia Nacional Constituinte tornou realidade, esta semana, aquilo que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen definiu um dia como o sonho dourado

de uma parte ponderável do empresariado brasileiro: a privatização do lucro e a socialização do prejuízo. Uma ampla anistia aos microempresários e agricultores, aprovada com o apoio dos radicais da esquerda e de representantes da União Democrática Ruralista, foi em seguida limitada pela aprovação em (estranha alquimia) de emenda do deputado comunista Roberto Freire, que evitou o desmantelamento da política econômica do ministro Mailson da Nóbrega e o risco de uma "quebradeira" nos meios bancários. A anistia dos débitos custará cerca de Cz\$ 700 bilhões, teve motivação claramente político-eleitoral e sua contrapartida será a emissão de dinheiro e a criação de novos impostos — porque em economia não há milagres e alguém paga sempre as contas.

Os grupos que tomaram conta do edifício do Congresso, em Brasília, para pressionar os constituintes "em nome do povo", eram todos representantes dos seus interesses individuais, mas colheram bons resultados com a pressão porque este país foi condicionado para cair nesse tipo de es-

parrela, e isso ainda vai acontecer por muito tempo. Uma vez mais, a observação atenta e detalhada dos trabalhos dessa Constituinte que vai encerrando suas tarefas no primeiro turno é pedagógica e instrutiva pelo que transmite da realidade brasileira — sua patologia e possibilidades de cura.

A emenda de um constituinte marxista que veto salvar de uma tremenda crise a incipiente economia financeira nacional foi aprovada 1 hora e 15 minutos depois da aprovação da primeira e generosa anistia que uniu os partidários, até ontem inconciliáveis, de Leonel Brizola e de Ronaldo Caiado, em prol do dilúvio e do caos, pela porta larga do calote.

O retrato do Brasil no Exterior foi completado na noite da última quarta-feira, com a silhueta e as cores da moratória completadas nos retoques do "beijo" reincidente, segundo o qual somente os idiotas pagam dívidas e honram compromissos. E agora vamos fazer negócios e pleitear financiamentos no mercado internacional, estará pensando o ministro Mailson, em seu quarto de hotel em Tóquio.

Enquanto desfila esse espetáculo de irresponsabilidade no guignol da Constituinte, e os empresários da FIESP sentem-se gratos ao deputado do PC, Roberto Freire, por ter limitado em 5 mil OTNs a dívida a ser anistiada, o festival de gastos do setor público segue seu frenesi incontido, enquanto as empresas mantêm suas caixas no overnight para evi-

tar a catástrofe. Não é difícil concluir que tudo vai muito mal e é ainda imprecisa a luz que todos querem ver no fim do túnel (que pode ser até um trem na contramão).

Votada a parte final das Disposições Transitórias da futura Carta, haverá um hiato antes das votações (e negociações) do segundo turno da Constituinte, quando poderão ser eliminados alguns horrores que passaram na primeira fase. Esse tempo permite e pede o silêncio atento daqueles homens que foram eleitos para dar ao País uma legislação fundamental: é bom que busquem informações sobre o que está acontecendo no mundo, é preciso que vejam como a liberdade está dando novos frutos em outras partes do planeta (até mesmo no chão árido das economias socialistas), é indispensável que conheçam as novas engrenagens da economia moderna, vida afora. E que retornem depois, no último turno, quando poderão suprimir alguma coisa e nada mais podem introduzir, com a humildade que o conhecimento dá e a ignorância suprime.

Essa Constituinte está dispondo do dinheiro alheio quando faz suas mesuras ao eleitorado, um olho ambicioso posto nas eleições municipais que se aproximam. São os pagadores de impostos deste País que vão arcar com essa nova conta que resultará da anistia das vítimas do Plano Cruzado. O deputado comunista pernambucano Roberto Freire já tem, naturalmente, quem financie sua campanha pela reeleição, tão gratos se dizem tantos banqueiros — e

essa é mais uma excentricidade da nossa vida política — com a emenda que remediou a catástrofe.

A privatização do lucro e a socialização do prejuízo parece ser também o sonho da Constituinte (exceções à parte), no que respeita à contabilidade política. Afinal, o populismo tem raízes profundíssimas entre nós, onde o ex-governador Leonel Brizola está longe de ser um precursor ou um remanescente. Agora mesmo, a reprogramação do Orçamento Geral da União para este ano, aprovada por decreto do governo também há poucos dias, mostrou à Nação as dificuldades do presidente Sarney de se desvincular do político José Sarney da "Bossa Nova" da velha UDN.

Ali estão, visíveis a olho nu ou escondidas entre os arbustos da redação, as mesmas fixações de há um ano: a ferrovia Norte-Sul, as nomeações e os gastos de pessoal. O País é obrigado a suportar as consequências desse terrível irrealismo que procede de duas grandes e diferentes fontes, e que matam seu futuro no nascedouro. O que se descobre, em meio ao desalento habitual, é que a mentalidade geral sofreu infiltrações profundas de um otimismo fantasioso, de uma falsa superioridade, de um paternalismo ridículo e, o que é muito pior, de um cinismo doloroso que só pode ser exorcizado com trabalho e liberdade, nas doses certas e na ocasião exata, isto é, imediatamente.